

Mais de 46 mil famílias vivem em áreas de risco em quatro cidades do ABC

Amanda Lemos

Quase 46 mil famílias vivem em áreas de risco em quatro cidades do ABC que responderam à reportagem, sendo elas: Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Santo André. Entre encostas, margens de córregos e regiões suscetíveis a enchentes, moradores permanecem expostos a deslizamentos e alagamentos, enquanto obras estruturais e planos de reassentamento avançam de forma desigual entre os municípios.

Com o início do período chuvoso, que vai de outubro a março, a preocupação se intensifica. As equipes da Defesa Civil alertam que, apesar do monitoramento contínuo e de algumas intervenções emergenciais, grande parte da população ainda está vulnerável, principalmente em áreas densamente ocupadas e com construções precárias, o que exige cuidado redobrado.

O cenário mais crítico entre as cidades que responderam à reportagem é Mauá. Segundo estimativa de pesquisadores da Universidade Federal do ABC, cerca de 42 mil famílias residiam em áreas de risco em 2023 e 2024, distribuídas em 23 regiões mapeadas. Para enfrentar a situação, a cidade destinou aproximadamente R\$ 159 milhões do Governo Federal para contenção de encostas, muros de arrimo e obras de drenagem.

Entre as ações em andamento está o programa Novo PAC Periferia Viva Zaíra, que visa urbanizar setores do Assentamento Precário Chafick-Macuco e contemplará aproximadamente 2,8 mil famílias com obras de infraestrutura urbana, produção habitacional, recuperação ambiental e regularização fundiária. A reestruturação da Defesa Civil municipal, com aumento do quadro de funcionários de seis para 33 e ampliação de equipamentos de monitoramento, também integra as iniciativas.

Em Santo André, o mapeamento atualizado indica que 3,8 mil edificações estão em risco geológico – classificadas como alto e muito alto (R3 e R4) para deslizamentos – e outras 1,6 mil em risco hidrológico, sujeitas a inundações. A cidade possui 35 áreas monitoradas e a prefeitura mantém medidas estruturais, como construção de

piscinões, canalização de córregos, alteamento de vias críticas e limpeza contínua dos sistemas de micro e macrodrenagem para reduzir os riscos.

Em Diadema, a Prefeitura identificou 80 imóveis em áreas de risco e 13 pontos de alagamento. Para reduzir a vulnerabilidade, a administração realiza obras de drenagem, muros de contenção e revitalização de taludes em diferentes núcleos habitacionais. Projetos futuros incluem contenções de encostas no Conjunto Jardim Nordeste, no Loteamento Rosa Luxemburgo e no núcleo Santa Elizabeth, o que beneficiará centenas de famílias. A cidade também prevê a construção de um conjunto habitacional com 222 moradias, ainda sem data definida.

Rio Grande da Serra apresenta redução de 56,2%

Em Rio Grande da Serra, atualmente sete famílias vivem em áreas de risco, distribuídas em dez regiões mapeadas. Entre 2023 e 2024, esse número era de 16 famílias, o que representa uma redução de 56,2%. Algumas já foram remanejadas por meio do aluguel social, enquanto outras permanecem monitoradas, com estabilização realizada por obras particulares. As áreas são acompanhadas pela Defesa Civil e foram mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), com vistorias técnicas que subsidiam projetos de financiamento junto ao Governo Estadual.

Dados nacionais

Segundo dados do IBGE e do CEMADEN, o Brasil possui 3,9 milhões de pessoas vivendo em 13.297 áreas de risco, com cerca de 4 mil localidades classificadas como de “risco muito alto”. A região Sudeste concentra o maior contingente populacional em áreas de risco, com 4.266.301 moradores expostos.

Ribeirão Pires, São Caetano e São Bernardo não forneceram dados até a publicação, o que limita o panorama completo da região.

Medidas emergenciais e planejamento

Segundo Helio Narchi, professor de instalações hidráulicas do Instituto Mauá de Tecnologia, o período chuvoso já começou e, infelizmente, não há tempo para grandes obras essenciais. “Piscinões, canalizações de córregos e estabilização de

taludes demandam estudos, projetos e licenciamento – processos que levam meses ou até anos. Por isso, agora é fundamental apostar em medidas paliativas que possam proteger vidas e reduzir danos materiais”, diz.

Entre essas ações imediatas, o professor destaca a importância da limpeza preventiva de bueiros e galerias de águas pluviais, a fiscalização constante de encostas e taludes já identificados como instáveis e o fortalecimento dos sistemas de alerta por SMS, WhatsApp e sirenes em áreas críticas. Narchi também recomenda que rotas de evacuação e abrigos emergenciais sejam identificados e divulgados à população. “Orientações práticas e simulados em escolas ou comunidades podem salvar vidas. A prevenção não é apenas técnica, é também social”, afirma.

Deslizamentos e enchentes

Para reduzir o risco de deslizamentos e enchentes no médio e longo prazo, o especialista aponta a necessidade de obras estruturais complexas, como contenção de encostas com muros de gravidade, ancoragens e solo reforçado, além de sistemas de drenagem eficientes, como galerias circulares, escadas hidráulicas e rampas dentadas.

O profissional ressalta ainda que o problema vai além da engenharia: a ocupação inadequada de terrenos e a impermeabilização do solo sem compensações legais contribuem para a expansão das áreas de risco. “Mudanças climáticas estão ampliando a intensidade das chuvas, o que sobrecarrega sistemas existentes e aumenta a chance de deslizamentos em regiões ocupadas irregularmente”, alerta.

Além da infraestrutura, Narchi defende políticas públicas que apoiem diretamente as famílias, como cadastramento atualizado de moradores em maior vulnerabilidade, abrigos equipados, auxílio-aluguel e compensações financeiras para quem sofre danos em imóveis legalizados. Ele também destaca a importância de fiscalização rigorosa das construções e atualização das legislações municipais, com planos de drenagem e gestão de risco claros e integrados.

Como agir se você mora em área de risco?

Para famílias que vivem em regiões vulneráveis, a orientação é manter contato constante com a Defesa Civil, ter kit de emergência preparado com água, medicamentos, documentos e lanternas, identificar rotas de fuga e pontos de

reunião, e acionar imediatamente a Defesa Civil através do telefone 199 em caso de fissuras, deslizamentos ou sinais de alagamento.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3712630/mais-de-46-mil-familias-vivem-em-areas-de-risco-em-quatro-cidades-do-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: ABC